



**ACÓRDÃO Nº300/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº12003/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Barreirinha – SAAE.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Benedito Xavier de Carvalho (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** não possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3610/2021-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Barreirinha - SAAE. Exercício de 2019.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual, referente ao **exercício de 2019**, do **Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Barreirinha– SAAE**, de responsabilidade do **Sr. Benedito Xavier de Carvalho**, Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Barreirinha e Ordenador de Despesas, à época, , nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

**10.2. Aplicar Multa** ao **Sr. Benedito Xavier de Carvalho**, Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Barreirinha e Ordenador de Despesas, à época, no valor de **R\$ 3.000,00** (três mil reais), na forma prevista no artigo 1º, inciso XXVI e 52 da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 308, inciso VII, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, atualizada em 09.11.2018, tendo em vista as impropriedades nºs: 07; 08; 09 e 10, não



**ACÓRDÃO Nº300/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

saneadas na Fundamentação do Relatório- Voto e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.3. Determinar à origem** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

**10.3.1.** Ausência do Demonstrativo das licitações realizadas pelas Unidades Orçamentárias no período, conforme tabelas constantes nos Anexos III e IV desta Resolução (inciso XXXV do art. 1º da Res. TCE nº 27/2013);

**10.3.2.** Ausência do Demonstrativo dos contratos e aditivos firmados pelas Unidades Orçamentárias, conforme tabela constante no Anexo V desta Resolução (XXXVI do art. 1º da Res. TCE nº 27/2013);

**10.3.3.** Ausência da Relação das obras concluídas, paralisadas e em andamento, (inciso XXXVIII do art. 1º da Res. TCE nº 27/2013);

**10.3.4.** Ausência do Demonstrativo mensal do quantitativo de servidores admitidos no exercício a que se refere a prestação de contas, informando a forma de provimento e o número e data do ofício de encaminhamento do processo de admissão ao TCEAM, (inciso XXXI do art. 1º da Res. TCE nº 27/2013);



**ACÓRDÃO Nº300/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**10.3.5.** Ausência do inventário do estoque de materiais existentes, no final do exercício, devendo o controle de entrada e saída dos mesmos estar disponível para fiscalização, (inciso XXVII do artigo 1º da Resolução TCE nº 27/2013);

**10.3.6.** Ausência do Inventário do estoque de materiais existentes, no final do exercício, devendo o controle de entrada e saída dos mesmos estar disponível para fiscalização, (inciso XXVII do artigo 1º da Resolução TCE nº 27/2013);

**10.3.7.** Ausência do Relatório e certificado de auditoria, com parecer de dirigentes do órgão de controle interno, que consignará qualquer irregularidade ou ilegalidade constatada, indicando as medidas adotadas para corrigir as faltas encontradas, (inciso XLVIII do art. 1º da Res. TCE nº 27/2013);

**10.3.8.** Comprovação de que as Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo, em cada exercício, ficaram à disposição de qualquer contribuinte durante sessenta dias, a contar da data de publicação do balanço em cada órgão oficial, na forma do art. 31, §3º, da CF/1988 e do art. 126, §§ 1º e 2º, da Constituição do Estado do Amazonas, (XXVIII do artigo 1º da Resolução TCE nº 27/2013);

**10.3.9.** Comprovação de que as Contas Anuais foram apresentadas aos Poderes Executivos da União e do Estado, conforme exigência do art.51, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000, (inciso XXIX do artigo 1º da Resolução TCE nº 27/2013);

**10.3.10.** Ausência da relação dos precatórios pendentes de pagamento e os que foram pagos no exercício, da qual conste: ação de origem, beneficiário, valor e data do pagamento (caso tenha ocorrido), saldo no início e no final do exercício, conforme art. 1º, XXXIII da Resolução nº 27/2013;

**10.3.11.** Inexistência de Controle Interno, conforme arts. 31, caput 70 e 74, caput, incisos e §1º, da CF/88, arts. 39 e 45, da CE, art. 76, da Lei nº 4.320/64, art. 59, da LC 101/2000, arts. 43 a 47, da Lei nº 2.423/96 e Resolução nº 09/2016;



**ACÓRDÃO Nº300/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 10.3.12.** Ausência das notas explicativas referentes as demonstrações contábeis exibidas na prestação de contas, a qual é exigida pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público;
- 10.3.13.** Os balancetes mensais, via sistema e-Contas, do SAAE, foram encaminhados a esta Corte de Contas, em sua maioria, FORA do prazo estabelecido pela LC nº 06/1991, art. 15, c/c o art. 20, II, com nova redação dada pela LC nº 24/2000 e Res. nº 13/2015;
- 10.3.14.** Ausência de publicação dos balanços (orçamentário, financeiro e patrimonial) no Diário Oficial do Estado (ou do Município), conforme estabelece o art. 9º, da Lei Complementar n.º 06/91;
- 10.3.15.** Apresentar notas explicativas referentes as demonstrações contábeis não exposta na prestação de contas, a qual é exigida pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público;
- 10.3.16.** O processo administrativo não está devidamente autuado pois não consta a numeração das folhas, e não estão rubricadas, também não consta o carimbo do protocolizado, (art. 38 da Lei 8.666/93);
- 10.3.17.** Ausência de Projeto Básico com aprovação de autoridade competente (art. 9, § 2º, Decreto Federal 5.450/2005 e art. 7º. Inciso III da Lei 8.666/93);
- 10.3.18.** Ausência de Nota de empenho dos referidos contratos, estas não se encontram cadastradas no sistema E-CONTAS, em sua maioria (art. 60 da Lei nº. 4.320/64);
- 10.3.19.** Ausência de Ato designatório de representante de contrato que anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, as decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes como determina § 1º. e § 2º. do art. 67 da Lei nº. 8.666/93;



**ACÓRDÃO Nº300/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 10.3.20.** Ausência de Parecer Jurídico como prevê art. art. 38, parágrafo único, da Lei Federal de Licitação nº 8.666/93 e suas alterações;
- 10.3.21.** Ausência da publicação na Imprensa Oficial da Homologação e Adjudicação;
- 10.3.22.** Ausência de Indicação do recurso para despesa e comprovação da existência de previsão de recursos orçamentários (com a indicação das respectivas rubricas) que assegurem o pagamento das obrigações a serem assumidas no exercício financeiro, conforme estabelece, § 2º, III do art. 7º, c/c o art. 14 da Lei nº. 8.666/93;
- 10.3.23.** Ausência de documentação relativa à qualificação econômico-financeira, a fim de comprovar a capacidade da contratada à prestação dos serviços solicitados, conforme Art. 31, I, II, III da Lei nº. 8.666/93 c/c §§2º, 3º, 4º e 5º, deste mesmo Artigo;
- 10.3.24.** Ausência de comprovação de recolhimento por parte da contratada, das obrigações trabalhistas e previdenciárias, conforme Art. 71, da Lei 8.666/93;
- 10.3.25.** Ausência de documento de arrecadação Municipal – DAM, referente a despesa;
- 10.3.26.** Ausência de Manifestação do Controle Interno, dentre outras exigências legais;
- 10.3.27.** Ausência de justificativas quanto o pagamento realizado à empresa F J Serviços de Apoio Administrativo Ltda – EPP;
- 10.3.28.** Ocorreram fracionamentos de despesas (§ 5º do art. 23 da Lei n.º 8.666/93), considerando a relevância e materialidade do fato, e que deveria ter ocorrido processo licitatório (Lei nº 8.666/93) ao invés de ter lançado mão de aquisições de mercadorias e serviços de forma fracionada, sem licitação (XXI, do art. 37, da CF/88);
- 10.3.29.** Ausência de justificativas quanto ao interesse público envolvido ante o pagamento de diárias aos servidores do SAAE de Barreirinha, no exercício de 2019, visto que não consta nos autos, Relatório de viagem, comprovante de



**ACÓRDÃO Nº300/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

comparecimento nos órgãos (Certificado e/ou Declaração de Comparecimento, etc.), em descumprimento ao Princípio da Transparência.

- 10.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

*Vencido o voto-destaque do Conselheiro convocado Luiz Henrique Pereira Mendes, que julgou pela irregularidade da Prestação de Contas, com aplicação de multa ao gestor e consideração em alcance, representação ao Ministério Público e ciência ao interessado.*

**11- Ata:** 9ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 22 de Março de 2022.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira Relatora

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral